

Prefeitura Municipal de Guanambi  
Secretaria Municipal de Educação  
Escola Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma  
Ceraíma/Guanambi/Bahia

Tel.(77) 3493 2212 – e-mail. Coloniaagricoladeceraíma38@gmail.com

Projeto Político Pedagógico 2018/2019



Maio/2019

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI

Prefeito: Jairo Silveira Magalhães

Secretaria Municipal de Educação

Maristela Teixeira de Souza Cavalcante

Escola Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma

Iziane Lopes Lima

Selma Ilidia Rocha

Participantes do projeto de elaboração

Maria Aparecida Alves Fernandes Castro – Coordenadora do Novo Mais Educação

Ivanete Maria Costa Gomes – Professora de AEE

Mayron Charles Pinto Evangelista – Professor de Educação Física

Carlos Charles Alves Pereira – representante dos líderes de turma

Natã Santos Ramos – Representante de aluno do Colegiado

Izaurina Maria Fernandes – Representantes de pais do Colegiado

Jerre Adriane Azevedo – Professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Maria Aparecida Veiga Vieira – Professora de Matemática

Maria da Glória Nogueira Santos – Professora de Língua Portuguesa

Leonice Sofia da Silva– Representante de Funcionário do Colegiado

Iziane Lopes Lima – Professora do 5º ano

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....
2. IDENTIFICAÇÃO .....
- 2.1 DADOS CADASTRAIS
- 2.2 – HISTÓRICO DA ESCOLA
- 2.3 - DIAGNÓSTICO
3. JUSTIFICATIVA
4. VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVO GERAL
5. PRINCÍPIOS NORTEADORES
6. PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS
7. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
9. ESTRUTURA FÍSICA
10. PROPOSTA CURRICULAR
11. PLANO DE ATIVIDADES
12. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO
- 12.1 AVALIAÇÃO CURRICULAR
- 12.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
- 12.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
13. REFERÊNCIAS
14. ANEXOS

## **1- APRESENTAÇÃO**

O projeto político-pedagógico é um instrumento teórico-prático, fundamentado numa proposta educativa que possibilita o direcionamento na escola e o seu fazer pedagógico. É político porque busca a intencionalidade nas ações e faz a escolha de quais meios são necessários para se chegar à construção do conhecimento e formação de sujeitos críticos que possam transformar a sociedade em que esses vivem. É pedagógico porque orienta a escola no seu fazer cotidiano, definindo o planejamento, o currículo e as ações para alcançar os objetivos e atingir as metas educacionais, considerando a escola como espaço plural, inclusivo, de leitura da realidade e participação efetiva da comunidade escolar (VEIGA, 2002).

A ação educativa comprometida com a busca do desenvolvimento integral do ser humano é o pilar que sustenta uma atividade escolar voltada para a formação de indivíduos conscientes de sua responsabilidade diante de seus direitos, deveres e cidadania dentro de um processo democrático de planejamento e de gestão das ações escolares e de extensão.

E, com o propósito de construir um projeto que atenda aos anseios de todos, este documento foi elaborado com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Endossando uma proposta pedagógica baseada nos fundamentos da legislação vigente, que dispõe sobre a Educação Básica, especificamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, nas modalidades regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Além disso, considera-se a proposta de educação integral no formato do Programa Novo Mais Educação, observando o disposto para educação inclusiva, do campo, quilombola e indígena e contempla as ações que estão vinculadas a todos os programas, conteúdos, metodologias e avaliações a serem desenvolvidas no período de 2 anos, de forma interdisciplinar, modificados e reavaliados quando necessário, uma vez que os mesmos apresentam uma base de reflexão a partir das ações desenvolvidas. De acordo o Decreto 7.352/2010, entende-se por escola do campo: “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”. Neste sentido, a escola tem buscado implementar gradativamente ações que contribuam na constituição da sua identidade como escola do campo, uma vez que os alunos em sua maioria são advindos do meio rural.

## 2 IDENTIFICAÇÃO

### 2.1 Dados cadastrais da Unidade Escolar

<b>Unidade Escolar:</b>	Escola Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma
<b>Endereço:</b>	Perímetro Irrigado de Ceraíma
<b>Telefones:</b>	(77) 3493-2212
<b>E-mail:</b>	coloniaagricoladeceraima38@gmail.com
<b>Cadastro do MEC</b>	29245028
<b>Autorização Funcionamento:</b>	Res: Nº 01/06 do CME de 16/04/2006
<b>Classificação Do IDEB</b>	Fundamental I – 4,4 Fundamental II- 3,1 ( Não atingiu a meta de 3,9)
<b>Modalidades de Ensino</b>	Educação Infantil, Ensino fundamental I e II, EJA e Educação Especial
<b>Quantidades de alunos</b>	474 alunos regulares, 60 do esporte e mais 20 do atendimento na sala multifuncional.

Fonte: Secretaria da escola 2019

### 2.2 Contexto histórico

#### História da Escola

A Escola Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma, antigo Grupo Escolar Colônia Agrícola de Ceraíma foi fundado em 1973, para atender os filhos de colonos do projeto de irrigação do Departamento Nacional de Combate à Seca – DNOCS, que após reconstrução da Barragem de Ceraíma, em 1970, projetou um vilarejo com moradias para colonos, funcionários e chefes do projeto, além de praça, quadra poliesportiva, armazéns, oficina, laboratórios de análise de solo e água; prédios para escritório e associação de moradores, ambulatório médico, campo de futebol e um prédio escolar com 4 salas de aula para atender ao antigo primário. Tendo como professoras, inicialmente, voluntárias, esposas dos chefes do DNOCS ou dos funcionários que devido ao projeto haviam se mudado para a região de Ceraíma.

No ano de 1978, o governo do estado da Bahia assumiu a escola que passou a oferecer, em parceria com o Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, todo o Ensino Fundamental e também o curso de Agropecuária do Ensino Médio. Para tanto, o prédio foi ampliado, mais 7 salas de aulas foram construídas.

Em 1994, a Colônia Agrícola se desvinculou do Luiz Viana e passou a oferecer todo o Ensino Fundamental. A escola entrou em processo de municipalização em 1999, a maioria dos professores foi removida e novos profissionais foram admitidos pelo cadastro de reserva do concurso público para professores do município de Guanambi de 1997 e lotados na unidade, passando também a oferecer educação infantil para crianças de 4 e 6 anos e Educação de Jovens e Adultos no noturno.

No ano de 2000 houve a primeira eleição para diretor da escola, onde foram escolhidos pelo voto livre, secreto e direto de alunos, professores, pais e funcionários, um diretor e um vice-diretor, ocupando os cargos que há mais de 10 anos não se renovavam. Inicia-se então um processo de gestão democrática, validado pela legislação, mas que ainda não se configurava na prática como um trabalho coletivo e de participação de todos na gestão escolar com efetividade. Depois de 2006, outras mudanças, como a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos de forma gradativa, a sala de leitura e também a sala Multifuncional que atende as crianças com deficiência, esses últimos implementados até 2009.

No início do ano de 2013, a Escola Municipal Colônia Agrícola ganhou um novo prédio físico e também foi cadastrada no Censo como escola do campo. Assim, passou-se, então, a refletir sobre a necessidade de construção de uma proposta que efetivamente ajudasse na constituição da escola como do campo. Isto porque, como Marques e Pereira (2015) compreendemos que uma escola do campo não se constrói do desejo apenas de gestores, professores ou pesquisadores. Uma escola do campo nasce e identifica-se como do campo pela ação dos seus sujeitos.

### **2.3 Diagnóstico**

A Colônia Agrícola conta hoje com equipe de professores que tem a formação inicial e continuada como um princípio de desenvolvimento pessoal e coletivo. Todos os professores têm formação em nível superior, com especialização ou cursando segunda graduação. Participam de planejamentos semanais orientados por coordenadores de área no Centro de Treinamento Pedagógico e de reuniões mensais com a direção e colegiado escolar. Os funcionários de apoio têm escolarização em nível médio, bem como uma percentagem delas já possuem licenciaturas em História e Educação Física e participam ativamente das decisões da escola.

A escola conta ainda com uma sala de leitura que funciona com o auxílio de uma funcionária para o ensino do uso de biblioteca, pois não temos bibliotecária. O laboratório de informática, em virtude da falta de manutenção, internet e está sem uso.

A educação Infantil tem planejamento e proposta pedagógica próprios, ao mesmo tempo em que compartilham da filosofia de educação da escola, no IDEB do ano de 2015 o Ensino

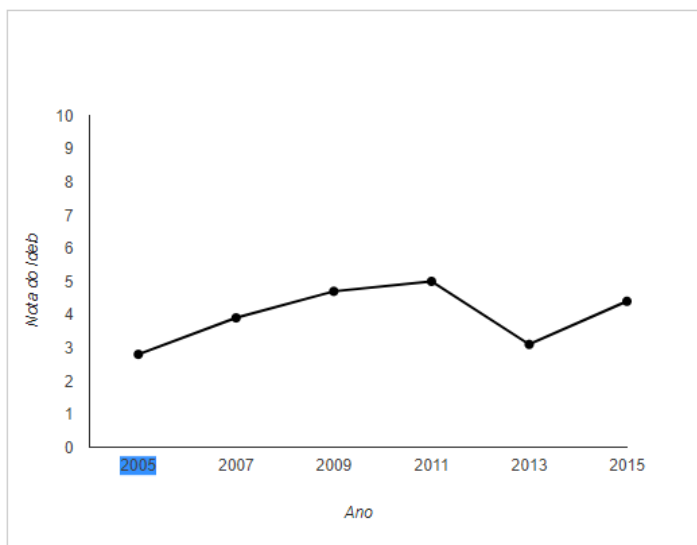
Fundamental I da escola melhorou o rendimento dos alunos ultrapassando as metas projetadas para 2015 à 2019. Enquanto o Ensino Fundamental II teve queda e não atingindo nem a meta de 2015 que era de 3,7 e só conseguimos 3,1, de acordo com as imagens a seguir.

### Anos iniciais do ensino fundamental

Ano	Taxa de Aprovação						Prova Brasil				
	1°	2°	3°	4°	5°	P i	Matemática		Língua Portuguesa		N i
							Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
2005	--	61,7	71,7	77,0	54,5	0,65	172,4	4,3	167,8	4,3	4,30
2007	100,0	87,0	72,7	94,1	70,3	0,83	192,4	5,1	170,3	4,4	4,73
2009	100,0	100,0	70,3	78,2	78,0	0,84	213,6	5,9	195,4	5,3	5,59
2011	100,0	100,0	76,5	85,3	86,8	0,89	215,4	5,9	196,5	5,4	5,65
2013	100,0	100,0	43,4	67,3	52,8	0,65	193,4	5,1	172,9	4,5	4,80
2015	100,0	100,0	74,0	66,7	68,1	0,79	208,3	5,7	201,5	5,5	5,60

Ideb		
Ano	Meta	Valor
2005		2,8
2007	2,9	3,9
2009	3,2	4,7
2011	3,6	5,0
2013	3,9	3,1
2015	4,2	4,4

■ Acima ou igual à meta  
■ Abaixo da meta

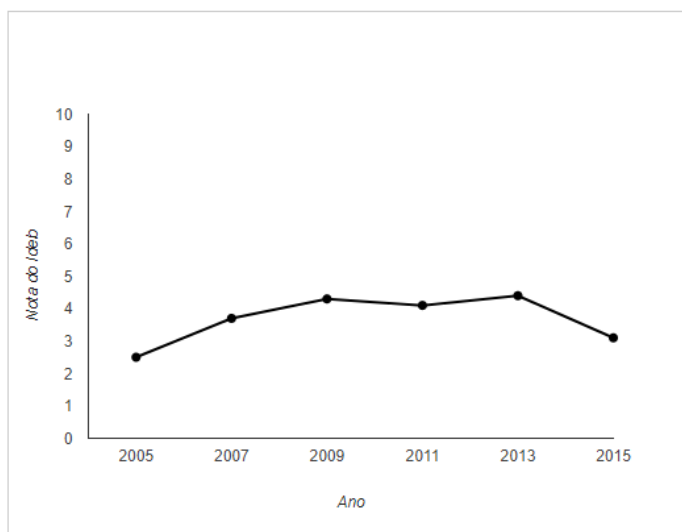


## Anos finais do ensino fundamental

Ano	Taxa de Aprovação					Prova Brasil				
	6º	7º	8º	9º	P i	Matemática		Língua Portuguesa		N i
						Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
2005	58,0	64,8	69,4	76,2	0,66	215,9	3,9	207,2	3,6	3,72
2007	72,8	67,3	83,3	97,6	0,79	245,3	4,8	234,3	4,5	4,66
2009	81,7	83,0	86,4	97,0	0,87	252,9	5,1	245,4	4,8	4,97
2011	76,6	86,5	85,0	90,2	0,84	246,4	4,9	245,8	4,9	4,87
2013	76,2	78,1	84,4	80,6	0,80	263,4	5,4	270,5	5,7	5,56
2015	40,9	60,0	55,9	66,7	0,54	267,6	5,6	272,9	5,8	5,68

Ideb		
Ano	Meta	Valor
2005		2,5
2007	2,5	3,7
2009	2,6	4,3
2011	2,9	4,1
2013	3,3	4,4
2015	3,7	3,1

■ Acima ou igual à meta  
■ Abaixo da meta



### Colocar Fonte

A equipe gestora eleita para o biênio 2019/2020 elegeu o colegiado escolar como parceiro nas ações e atividades escolares e o conselho docente como parte da gestão, que participa efetivamente da gestão pedagógica e financeira da escola. O conselho docente e o colegiado planejam as ações, os líderes de turmas acompanham, sugerem e aprovam, depois a assembleia de pais avalia, sugere, altera e aprova essas ações, que serão executadas pelos responsáveis por estas, que prestarão contas das mesmas aos conselhos e à assembleia de pais.

A estrutura física é nova, ampla, arejada, porém não atende as nossas necessidades, pois falta auditório, área de serviços, depósito para a merenda, refeitório, laboratório de ciências e parque para as crianças da educação infantil brincarem.



Pedagogicamente ainda temos problemas. Os planejamentos são feitos em rede no centro de treinamento pedagógico, mas a escola não tem coordenador pedagógico para direcionar as ações de intervenção, acompanhar os planejamentos na escola, fazer levantamento dos resultados, organizar as atividades esportivas, cívicas e culturais.

A proposta curricular tem por base a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Guanambi (2016), que precisa ser adaptada à realidade da maioria dos alunos do campo, pois ainda não atende aos alunos do campo dentro dos princípios da escola do campo, a comunidade escolar ainda tem muita dificuldade nesta construção. Para tanto, uma nova proposta está sendo construída juntamente com a revisão deste projeto e espera-se iniciar novo ciclo de ações para uma escola que contemple as diferenças dos alunos que vem do campo.

Os alunos em idade escolar de 4 a 14 anos estão frequentando regularmente as aulas, com algumas exceções que compreendem questões sociais mais graves e pessoas com deficiência que os familiares desconhecem a importância e o direito desses à educação. Os pais participam ativamente das reuniões escolares e das decisões financeiras da escola, mas não conseguem acompanhar os filhos nas tarefas de casa, um dos grandes problemas enfrentados pela escola.

Os alunos com idade acima de 15 anos frequentam a turma da Educação de Jovens e Adultos, no diurno, embora 100% deles são jovens com idade entre 15 e 20 anos, alunos esses que foram retidos muitas vezes em algumas séries e que têm características de alunos camponeses que trabalham na lavoura e que têm menos tempo para as atividades escolares, bem como apresentam dificuldades de acompanhar o currículo das séries regulares. Por esse motivo a escola, em parceria com o colegiado e o conselho docente, após uma consulta aos alunos e seus representantes legais, fez uma alteração no currículo da EJA, para contemplar as particularidades desses alunos. Alterando o tempo de aula, por conta do transporte escolar, e acrescentando os componentes curriculares Educação Física, Sociologia e Filosofia, que já faziam parte do currículo da escola.

Segundo os professores, os pais, apesar de comparecerem à escola quando convidados, não têm o comprometimento com o acompanhamento das atividades escolares dos filhos, as tarefas não são realizadas, os trabalhos não são entregues nos prazos estipulados, até a higiene pessoal de muitos dos alunos é precária, o que demonstra uma falta de cuidado dos pais com as crianças. Enquanto isso nas salas de aulas o comportamento dos alunos não é adequado, não levam a sério as atividades, não estabelecem uma relação significativa com os conteúdos estudados, não são responsáveis com o processo de construção do próprio conhecimento, mas

gostam de estar na escola, não são alunos faltosos, carregam uma alegria e energias exaustivas às vezes.

Os problemas com indisciplina, geralmente são ligados a alunos que possuem maior dificuldade de aprendizagem e/ou que apresentam algum tipo de transtorno psicológico. Para tanto, a escola oferece Atendimento Educacional Especializado em sala multifuncional nas dependências da escola.

Os alunos têm características parecidas no que diz respeito ao compromisso com as atividades escolares, são um tanto relapsos, estudam para o limite de serem aprovados, não estabelecem um relacionamento significativo com os conteúdos, acham estudar uma chatice o que dificulta muito o processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à organização e estrutura da escola tivemos algum avanço, mas ainda, o trabalho é feito de forma atropelada, pois os serviços de coordenação, supervisão, tem que ser feitos pela direção da escola, pois o coordenador pedagógico está servindo a Secretaria de Educação e não temos instrutor de informática, apesar de atender 452 alunos em dois turnos, com educação infantil, ensino fundamental completo, nas modalidades regular, educação especial, EJA e alunos do Programa Novo Mais Educação. O tempo reservado para as reuniões é válido, e necessário, embora os professores não gostem de ter que participar desses encontros no sábado ou no turno noturno, pois acham cansativos. A frequência do uso da biblioteca diminuiu com relação aos anos anteriores e há uma dificuldade no uso desse espaço em tempo integral, pois a escola não conta com funcionários suficientes para atender a demanda da biblioteca, além da precariedade do acervo. Os recursos financeiros são advindos do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação Básica e são gerenciados pela direção da escola consultando o colegiado e o conselho docente, que juntos decidem como gastá-los e acompanham a prestação de contas. Há ainda pequenos recursos advindos de campanhas e doações para realização de eventos e atividades recreativas, esportivas e culturais, que são adquiridos junto à comunidade, que passam pelo mesmo processo de gerenciamento e prestação de contas.

### **3. JUSTIFICATIVA**

A comunidade de Ceraíma tem uma população de aproximadamente 3.355 mil pessoas, segundo IBGE/Censo, 2010, incluídos os moradores da vila, do Núcleo Habitacional e da zona

rural vizinha. A maioria das ruas tem calçamento, mas não tem rede de esgoto e a iluminação pública não é boa, mas, apesar disso as condições de moradia e sanitárias não são ruins. Todas as casas possuem fossas sépticas, luz elétrica e água encanada e tratada. Essa realidade não é diferente na zona rural vizinha, onde poucas moradias não têm água encanada. Algumas moradias no meio rural possuem também as cisternas de captação de água de chuva para consumo humano construídas pelo Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA), pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODESVASF) e, outras, pela Prefeitura Municipal de Guanambi (PMG).

Em virtude da falta de irrigação, a economia não se baseia mais na agricultura. Muitas pessoas da comunidade trabalham na prestação de serviços e outras trabalham na sede do município. Além disso, o comércio no Distrito teve avanços significativos, pois temos supermercados, lojas de confecções, móveis, materiais de construção e pequenos comércios de alimentos e bares. Há atendimento médico e odontológico no posto de saúde e acompanhamento de agentes comunitários de saúde. Não há transporte coletivo oficial e predominam os transportes alternativos de vans e micro-ônibus, mas as pessoas da zona rural continuam sendo transportadas em carrocerias abertas de pick-ups e caminhões.

Os maiores problemas da comunidade são a falta de segurança pública e o projeto de irrigação que está sendo revitalizado. Não tem posto policial, policiamento alternativo, nem periódico. Esse fator tem preocupado os pais, esses observam que a falta de trabalho para os jovens facilita o envolvimento desses em pequenos furtos. Sem segurança para inibi-los, esses jovens se organizam em grupos e passam a compor um grupo de risco. No entanto, ainda é um lugar tranquilo de se viver.

Nesse contexto, cabe a escola desenvolver ações que busquem o envolvimento de todos os integrantes da comunidade escolar, promovendo uma Educação que contribua para a construção do sujeito ativo, capaz de se posicionar criticamente frente aos acontecimentos do mundo atual utilizando-se da reflexão, do conhecimento historicamente construído e das ações que direcionam o meio em que vive, para promover a construção de um saber que possa ser verdadeiramente de todos e incluir aqueles que estão à margem do processo de desenvolvimento.

A educação, ação reconhecidamente apropriada para dar suporte a melhoria de vida do povo e promover o desenvolvimento sólido de uma nação, ainda nos dias atuais, tem se apresentado como uma

das maiores dificuldades para os governantes, que buscam nas próprias práticas desenvolvidas através das políticas educacionais, um caminho para esse entrave.

Observamos é que a escola continua enfrentando graves problemas como a repetência, defasagem idade/ano e de evasão, embora não tão acentuada, ainda é uma preocupação; apoio insuficiente da Secretaria Municipal de Educação nas questões que se referem à formação continuada dos profissionais da escola, coordenadores, secretários, bibliotecários e de assistência social, assistência psicossocial, reforço escolar, adequação e manutenção da estrutura física e material da instituição, tendo ainda uma dificuldade para assumir em condições teóricas e práticas uma proposta educativa, coletiva e inclusiva que evidencie a concepção de educação que norteia o trabalho desenvolvido na comunidade escolar. E dentro deste contexto percebemos que a Escola Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma se retrata nesse perfil, enfrentando ainda problemas de ordem físico-estrutural, didático-pedagógica e financeira.

Embora entendendo que as dificuldades vão continuar existindo, inclusive no que se refere ao desempenho alcançado no IDEB de anos anteriores que não atingiram as metas propostas, visto que o nosso compromisso é com o sujeito que sustenta as melhores e as mais sofridas escolas públicas deste país, construímos esse projeto político-pedagógico com o objetivo de desenvolver ações na busca de soluções para os problemas mais urgentes e construir caminhos para sanar as maiores dificuldades.

A incansável busca pelo exercício da cidadania se constitui também em justificativa para esse trabalho, posto que a cidadania é uma construção histórica, então fica evidente a necessidade de a escola oferecer condições para que essa construção coletiva venha efetivamente tomar forma. De acordo Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p.27), não basta ter escolas no campo, é preciso ajudar a construir escolas do campo a partir de projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo do campo. Por isso, nosso desafio é construir coletivamente a escola que queremos de modo a garantir o ingresso e permanência dos filhos dos trabalhadores do campo a uma escola pública, gratuita e de qualidade que dialogue com seus modos de vida e os ajude a avançar no acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

#### **4. MISSÃO DA ESCOLA, VISÃO DE FUTURO, VALORES E OBJETIVO GERAL**

##### **4.1. MISSÃO DA ESCOLA**

A missão desta unidade escolar é assegurar um ensino de qualidade, garantindo a participação da comunidade escolar, o acesso e a permanência dos alunos na escola, contribuindo assim para uma

formação integral desses alunos para que possam agir construtivamente na transformação do meio em vive.

## 4.2 VISÃO DE FUTURO

A unidade escolar tem como visão de futuro fazer o trabalho educacional de maneira inclusiva, eficaz, segura e responsável, respeitando os alunos, professores, funcionários, pais e comunidade, visando assim um ensino de qualidade, onde todos possam participar da construção e/ou apropriação do conhecimento, nos mostrando como uma instituição democrática que promove o conhecimento, respeita seus pares e prepara seus alunos para exercerem a cidadania e viverem em harmonia com o outro e com o meio ambiente.

## 4.3 VALORES

Segundo a ex-aluna Nayara Fernandes (2010), “A escola tem um papel fundamental na formação dos cidadãos, por isso deve agregar aos seus projetos vários valores, como a responsabilidade, o respeito e a solidariedade.” A comunidade escolar buscou um entendimento de seus segmentos e com base nas discussões feitas foi possível identificar que é preciso buscar nos valores da comunidade se firmar como ponto de partida para o desenvolvimento da prática pedagógica e do desenvolvimento da gestão das pessoas e dos processos escolares. Portanto, são valores que a escola deve assumir para melhoria da vida em sociedade:

- a. **Ética** – configura a base da práxis desenvolvida na escola, no trabalho, nas escolhas dos conteúdos, nas relações interpessoais, no gerenciamento dos recursos, na escolha dos projetos e nas posturas comportamentais, de pais, diretores, alunos, professores e funcionários;
- b. **Solidariedade** – valor que sustenta o espírito de coletividade, que busca o estado de compaixão com necessidade do outro, que inspira sentir o que outro sente, pensar também a partir do ponto de vista do outro, incentivando a parceria, o caminhar juntos;
- c. **Respeito** – endossa o direito individual e assegura a ideia de participação, de inclusão e, sobretudo, da democracia.
- d. **Responsabilidade** – nutre nos envolvidos no processo educativo o dever de cumprimento da parcela de contribuição de cada um.

Tais valores perpassam pela necessidade de articulação com os princípios da Educação do Campo, que de acordo Caldart (2004), deve considerar a formação humana dos sujeitos vinculada a concepção de campo que os represente e a valorização da sua cultura.

#### **4.3 OBJETIVO GERAL**

Promover ações que contribuam significativamente no crescimento da nossa unidade escolar, assegurando aos representantes do processo educativo, meios que elevem seus níveis de conhecimento, de modo contextualizado, democrático e inclusivo, permitindo-lhes sanar as dificuldades encontradas nas situações cotidianas da escola e do meio social.

### **5. PRINCÍPIOS NORTEADORES**

#### **5.1 Princípios Legais**

Todo projeto político apoia-se em fundamentos legais, que não são neutros. As políticas públicas, nas últimas décadas, têm traduzido o interesse do Estado pela educação. Toda a regulamentação do ensino público e as orientações para que o trabalho escolar esteja credenciado a oferecer educação formal à população deve ser levada em conta. Com o objetivo de garantir o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, prevista pela Constituição Brasileira de 1988, nos disponibilizamos das diretrizes e parâmetros para a regularização do ensino e com base nas exigências da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9394/96, nos seus artigos: 1º, 2º e 3º que buscamos adaptar as sugestões dos Parâmetros Curriculares para Educação Nacional à nossa realidade, sem para tanto, perder nossa autonomia e sem nos desviar do objetivo de formar um cidadão crítico, que possa atuar na sociedade de forma autônoma e coletiva, que busca melhores condições de vida para o ser humano e para o planeta, dentro de um processo orientador democrático. Entendemos que apesar de ser uma recomendação da lei, esse processo não se dá por decreto, é preciso ser construído junto a comunidade escolar. Para tanto, fundamenta-se também na Lei de 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental, enquanto processos em que “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

O nosso projeto sustenta-se também na Lei Federal Nº 11.645, que estabelece incluir o estudo da história da África e dos africanos, a luta e cultura dos negros e indígenas no Brasil no

currículo escolar. A proposta é enfatizar a contribuição de todos esses grupos nas áreas social, econômica e política para formação da população brasileira, passando também o conteúdo dessas leis a fazer parte do currículo da escola.

O Ensino Fundamental ampliado para nove anos pela Lei Federal Nº 11.274 de 2006, garante um tempo maior para o processo de alfabetização dos alunos, admitindo-os no Ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade. Com essa ampliação a escola busca ressignificar o trabalho feito com as crianças na fase de transição da Educação Infantil para o Fundamental, observando as particularidades da criança nessa idade. E com base nos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação, a escola para implantação do Fundamental de 9 anos de forma gradativa.

A Educação Infantil, com proposta própria, e agora com obrigatoriedade a partir de 4 anos de idade se fundamenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, Resolução nº 05 de 17/12/2011 do CNE.

A Educação de Jovens e Adultos, modalidade diurna, é oferecida em módulos de aceleração para alunos com defasagem série/idade, de acordo a LDB, com currículo próprio, adaptado as peculiaridades locais e as necessidades educativas dos educandos.

Pensando em zelar pelo direito à educação de qualidade àqueles com necessidades especiais, preferencialmente em escolas regulares, o Brasil vem discutindo políticas públicas que assegure esse direito. Em 1989, a Lei Federal Nº. 7.853, de 24 de outubro, foi implementada, dispondo sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurados seus direitos sociais e individuais.

Ao optar por sistema de Educação inclusiva (1990) o país veio estudando e se preparando para uma educação especial em consonância com a Declaração Mundial de Educação para todos, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que também prevê atendimento especializado e com várias outras propostas, como a conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em Salamanca (1994) e depois com a LDBEM (1996) em seu capítulo V, disponibilizando todo o corpo deste à educação especial.

Mas, é recentemente que o atendimento especial ganha novos olhares e políticas de implementação, que estão democratizando a oferta e diminuindo a dívida educacional de privação de um direito constitucional. A exemplo, é oportuno citar o decreto nº 6.571, de 17 de

setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, Res. nº 10/2010 do FNDE, que dispõe sobre a transferência de recursos para escolas públicas inseridas no Programa Escola Acessível e mais pareceres, diretrizes e normas técnicas da secretaria de educação especial do ministério da educação.

Segundo Eugênia Fávero, o direito de todos à educação tem peculiaridades: não é qualquer tipo de acesso à educação que atende ao princípio da igualdade de acesso e permanência em escola mencionado no art. 206 da constituição. Todos os direitos são estendidos às pessoas com deficiências, pelo princípio de igualdade. É certo que além desses objetivos, requisitos e garantias para a educação, nossa Constituição garante, agora apenas para as pessoas com deficiência, o Atendimento Educacional Especializado, pelo princípio da necessidade. Então, as pessoas com deficiências devem estar matriculadas nas turmas regulares de acordo a modalidade de ensino, pois o atendimento especial não exclui o direito ao ensino regular, e aparece como apoio e complemento, que não impede o acesso às turmas comuns.

A partir dessa base legal, buscamos associá-la aos princípios que orientam nosso trabalho enquanto escola do campo, pois estes devem partir da história de vida dos sujeitos, do respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; e, da valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo. (BRASIL, 2010). Tais princípios se fundamentam nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução Nº. 01/2002); Diretrizes Complementares para a Educação Básica do Campo (Resolução Nº 02/2008) e no Decreto 7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Além disso, observamos o disposto nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação que tratam também das especificidades das escolas do campo.

## **5.2. Princípios Epistemológicos**

A educação é um processo que tem por objetivo o crescimento individual e coletivo, em que o aluno possa ser sujeito do seu próprio desenvolvimento, buscando sua formação plena enquanto cidadão, assegurando meios para evoluir nos estudos e profissionalmente. Para tanto, apresentamos uma proposta pedagógica fundamentada basicamente nas ideias de Jean Piaget e Vygotsky que busca a construção do saber partindo do reconhecimento de um sujeito histórico,



político e social, portanto uma teoria sócio-interacionista que identifica o ser humano como uma totalidade, em que o aprender é descobrir, modificar, inventar com base nas potencialidades natas e na sua interação com o mundo, construindo e reconstruindo a partir do conhecimento do meio até a sistematização escolar.

A ideia de buscar o melhor entre as teses de Piaget e Vygotsky, assumidas na proposta pedagógica da escola caracteriza a intenção de compreendermos um fazer que se pauta na relação de compatibilidade entre as teorias, que favorece o diálogo e a reflexão, num “movimento” de ação – reflexão – ação.

Dentro desta proposta, que parece um pouco complexa, identificamos o papel do professor como indispensável, pois é o profissional das ações pensadas que conduzirá o processo de ensino para que no desenrolar de suas atividades a aprendizagem possa acontecer, tendo para tanto que dispor de imaginação pedagógica, que venha oportunizar ao aluno o prazer, a satisfação de desvendar e conseguir superar eficientemente as hipóteses e desequilíbrios provocados por novas situações do cotidiano. Assim, compete ao educador fazer do espaço de aprendizagem um ambiente propício para o criar, que haja interação entre colegas e que os educandos sintam que a aprendizagem requer esforço pessoal e coletivo e que a leitura de mundo é uma porta aberta para a construção de novas experiências e ricas descobertas, de acordo com estudos das ideias freirianas e com a observação do fazer pedagógico diário da equipe escolar. Piaget diz que o aspecto afetivo tem grande influência sobre o desenvolvimento intelectual, que ele pode acelerar ou diminuir o ritmo. À medida que os aspectos cognitivos se desenvolvem, há um desenvolvimento paralelo da afetividade. As crianças assimilam as experiências aos esquemas afetivos do mesmo modo que assimilam as experiências às estruturas cognitivas e o resultado é o conhecimento. Então para construir conhecimento o educando precisa não só de estruturas cognitivas, mas das relações de afetividade que se constroem dentro do processo de ensino e aprendizagem e o professor é uma peça fundamental nesse processo.

Segundo Vigotsky (1989), a situação de aprendizado com a qual o educando se defronta na escola tem sempre relação com os conceitos que ela já formulou a partir de suas experiências. O Aprendizado escolar produz algo novo no seu desenvolvimento. Da mesma forma que os conhecimentos espontâneos interferem na compreensão dos conhecimentos específicos, estes últimos modificam a qualidade dos primeiros. Diagnosticar a zona de desenvolvimento proximal e real (VIGOTSKY, 1989) possibilita ao educador entender o curso interno do desenvolvimento

do aluno, dirigindo sua prática educativa para que, hoje, a criança faz mediante a sua intervenção seja a sua zona de desenvolvimento real amanhã.

Há também uma boa parcela do trabalho pedagógico que mescla os estudos de interdisciplinaridade na busca de um fazer pedagógico mais completo, embora ainda se tenha avançado pouco neste aspecto. Nessa perspectiva, a proposta de educar os sujeitos camponeses tendo por base as ideias de Piaget e Vigotsky ainda é um processo em construção que envolve a quebra de alguns paradigmas.

### **5.3. Princípios Didático- pedagógicos**

O fazer pedagógico é a principal ação da educação sistemática, pois depende da arte de ensinar, da didática, da ação intencional de provocar aprendizagem. Percebe-se, porém ao longo da história, que esta não é uma tarefa fácil e que não há receitas prontas, nem métodos milagrosos para fazer com que a aprendizagem aconteça, pois o mundo é muito dinâmico, o processo de informação é acelerado, os costumes, os valores, as ideias, assim como as pessoas, mudam com passar dos tempos e muitos dos métodos, das técnicas, dos recursos, não servem mais para se produzir conhecimento.

Diante do exposto, buscamos nos pautar nos princípios de aprendizagem que valorizam a relação professor-aluno como foco de mudança, de movimento, atitude intencional e intervenção consciente, tendo por base as relações de:

- Diálogo- aprender no processo de interação com outro, num processo de reflexão das ações;
- Intervenção - direcionadas para as dificuldades individuais e coletivas;
- Raciocínio – desenvolver as potencialidades natas em interação com mundo;
- Investigação – provocando dúvidas, na busca da descoberta na relação do sujeito com o meio social;
- Registro – na busca da sistematização do que foi aprendido, com incentivo à produção escrita.
- Avaliação – que perpassa todo o processo educacional e tem como base a mediação.

Tais ações procuram estabelecer uma relação com os princípios e matrizes pedagógicas da Educação do Campo, que envolve construção coletiva, luta e organização social, mundo do

trabalho, identidade, valorização da cultura e saberes locais, bem como o reconhecimento da existência dos povos do campo.

#### **5.4. Princípios Éticos-políticos**

O projeto político pedagógico fundamenta-se na sua vertente política a partir do desejo coletivo de nos avaliar enquanto instituição responsável pela produção do conhecimento humano, para construir uma proposta que tem por base a participação de todos. Portanto é pautado nos princípios de direito, autonomia e democracia para que os educandos possam construir suas identidades e seus projetos de vida, a partir de suas características sociais, culturais e de suas individualidades. Princípios esses que se manifestam no reconhecimento da educação enquanto direito fundamental e responsabilidade política e familiar; no entendimento de que o conhecimento é um bem que deve ser garantido a todos que a ele desejarem ter acesso; na perspectiva do zelo e do cuidado com meio ambiente e com o acervo público e cultural dos bens históricos; do respeito à diferença, tolerância e à diversidade para a garantia de igualdade de direitos; e, na crença que a escola é só mais uma instância de aprendizagem, que o conhecimento deve extrapolar as salas de aula para que os conteúdos sejam significativos.

### **6. PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS**

Os marcos de referência expressam a identidade de nossa instituição, nossa visão de mundo, valores, objetivos e utopia. Expressa também o sentido do trabalho pedagógico e as perspectivas para concretizá-lo.

#### **6.1 Marco Situacional**

A educação no Brasil vem, ao longo do tempo, ganhando um sentido diferenciado, ultimamente um crescente desenvolvimento técnico-científico, caracterizado pela integração efetiva entre a ciência, tecnologia e produção tem ditado as regras e criado paradigmas a serem seguidos mundo afora. Como relata a professora da escola, Maria da Glória Santos, “a princípio a sociedade pretende ser vista como democrática, contudo, observa-se a injustiça social e a desvalorização do ser humano enquanto sujeito”, apresentando-se de fato como uma sociedade preconceituosa, excludente, perdida em falsos valores, apoiada no materialismo, que prioriza a

necessidades, os interesses, os estilos, o ritmo de aprendizagem e conhecimento de cada indivíduo sob o domínio da ciência e tecnologia, para atender exclusivamente aos interesses do consumo e do capital. Neste contexto, a escola se coloca como lugar privilegiado de debate e de busca de alternativas para enfrentar os problemas mais graves que assola a educação em nosso município.

Porém, mesmo atravessando um momento de crise o país tem potencial para continuar oferecendo oportunidade de desenvolvimento no processo de formação dos profissionais em nível superior nas diversas áreas, bem como investir na educação de forma mais efetiva, garantindo assim a melhoria da qualidade da educação brasileira.

A escola apesar de sua função social carrega as mazelas deste mundo acelerado. A comunidade escolar se esforça para tentar desempenhar sua função, contudo ela não consegue alcançar o seu objetivo, uma vez que ainda observamos, a violência física e simbólica, a falta de respeito por parte de uma minoria de alunos para com os professores, funcionários e até mesmo a direção, que acontece dentro e fora da escola. No entanto, observamos também um desejo nos nossos alunos de serem vistos, uma vontade de ter uma vida melhor, isso faz com que os sonhos dos professores, pais e funcionários sejam também os dos alunos, e são esses sonhos que nos impulsionam a tentar construir uma realidade diferente na nossa escola, comunidade e no nosso país.

## **6.2 Marco Doutrinário**

A Escola é um espaço de inclusão, “é igual coração de mãe, sempre cabe mais um” – Diz a ex-aluna Aline Samara, propício a um mundo de descoberta e de potencialidades, que deve favorecer a aquisição de conhecimento e contribuir para a formação de pessoas capacitadas e conscientes de seus direitos e deveres. Assim, temos o desejo de promover uma Educação de qualidade, que busque contribuir na transformação da escola e da comunidade, promovendo o bem comum, o respeito à natureza e a diversidade, a justiça e a solidariedade.

Valores éticos e morais são aqueles que determinada sociedade adota como bons e positivos para seus integrantes, assim como a comunidade escolar. Nesse sentido, é essencial que a escola tenha claramente sua missão no desenvolvimento dos princípios éticos, morais e do respeito pelo outro, assim como o desenvolvimento da responsabilidade social da pessoa, do educando. (Prof. Wendel Lisboa).

A escola deve possibilitar ao ser humano contemporâneo, submetendo as tendências universais a uma análise crítica para determinar a validade da universalidade para sua particularidade. Responder simultaneamente aos problemas postos pela particularidade e aos desafios da humanidade no que há de mais universal é função da escola. Desvelar a realidade pressupõe sujeitos autônomos que interajam no meio social. Piaget propõe como finalidade para a educação favorecer a construção da autonomia do sujeito: moral e intelectual. Para Vigotsky (1989) o sujeito é capaz de transformar o meio pela ação-interação, o que pressupõe um alto grau de autonomia, o que requer a descentralização do seu ponto de vista para se colocar no ponto de vista dos outros e acatá-lo como seu, se assim for decidido pela maioria, isso pressupõe uma educação que é antes de tudo um ato político que só se faz num projeto democrático de educação de todos para todos. Os princípios de democracia e solidariedade para construção e socialização do conhecimento devem ser a mola propulsora de uma instituição de ensino que busca a inclusão e o respeito ao próximo como sujeito de direitos.

O homem é um ser organicamente social, preocupado em construir-se a si mesmo, verificar os próprios limites, antes de entregar-se à tarefa de explorar o mundo. Aos poucos, pelas interações com os outros, a criança vai se diferenciando daqueles que a cercam, construindo seu próprio eu sem excluir a presença do outro. Neste sentido, a escola deve se preparar para um trabalho direcionado que possa aproveitar o processo acelerado de informações da atualidade como um aliado do fazer pedagógico. Para tanto “é fundamental desenvolver o domínio das linguagens da tecnologia, da arte, do movimento do corpo, trabalho em grupo, conjunto, compartilhar conhecimentos, aprender a solucionar problemas e situações difíceis”. Conhecimento é algo essencial, a informação pode ser adquirida solitariamente, mas o conhecimento com significado só existe na relação com o outro. O mundo exige pessoas conectadas, em rede, a informação pode ser adquirida rapidamente, mas o conhecimento é construído por etapas, por isso a ação educativa precisa ser planejada, direcionada e intencional. A Escola não pode ser atropelada pelo processo de informação desordenada, nem por paradigmas criados a cada nova moda tecnológica. A educação visa acompanhar a evolução, mas nunca ser refém dela, “educar para evoluir e transformar e não somente para adaptar-se”.

## **6.3 Marco Operativo**

### **6.3.1 Dimensão Pedagógica**

O ato de ensinar é o fazer maior da escola, mas esse vem se ressignificando, o processo educativo exige mais da escola do que transmitir conhecimento, é preciso conhecer os educandos, entender o processo de aprendizagem de cada um, respeitar as fases de desenvolvimento, que são individuais, para que o professor possa realmente chegar ao ponto de excelência de seu fazer pedagógico que é o momento de intervenção, o direcionamento da ação de preparar o aluno pra construir seu próprio conhecimento, para aprender. Mas essa ação ela não é isoladamente do professor, ela envolve toda escola e numa ação conjunta de planejar, de definir o seu currículo, evidenciar objetivos, definir metas, traçar estratégias, escolher os conteúdos mais significativos e definir um processo avaliativo que não faça somente um cômputo de resultados quantitativos que separe os aprovados dos reprovados, e sim, que busque uma harmonia do fazer pedagógico, em primeiro momento como diagnóstico, depois como elemento de acompanhamento e reflexão de todo o processo de planejamento e do desenvolvimento das ações.

“O trabalho deve ser diversificado, manter a turma coesa e estimulada. Um bom manejo de classe, usar estratégias variadas de modo que todos tenham atenção necessária por parte do docente. Fazer exposição para o grupo como um todo, formar grupos de colegas para o trabalho coletivo e abrir tempo e espaços para atendimento individualizado, utilização de materiais diversificados. (professora Ivanete Maria, professora de AEE).

O planejamento é o pilar da ação educativa, por isso dever ter um tempo um espaço definido para que ele aconteça, com participação efetiva dos segmentos escolares. Além disso, é preciso contemplar separadamente cada nível e modalidade de ensino oferecida pela escola, Educação Infantil e Ensino Fundamental nas modalidades EJA e Educação especial em suas particularidades.

Os objetivos devem estar diretamente ligados ao alcance das metas, e para cada uma delas a proposição de ações que possam viabilizar o alcance das mesmas, o que nos faz pensar quais as estratégias e os melhores métodos para alcançá-los.

A escolha dos conteúdos deve estar diretamente ligada ao alcance dos objetivos, pois a escola visa a educação de crianças jovens e adultos para a vida em sociedade. Pensando assim os conteúdos devem ser escolhidos de acordo com o significado que eles possam trazer para o mundo desses educandos, numa sequência que oportunize o crescimento intelectual e, também, a

capacidade de desenvolver habilidades que torne o cotidiano dele mais digno e feliz, para tanto cada etapa de ensino deve ser pensada a partir da realidade de seus sujeitos.

Para desenvolvermos uma avaliação condizente com o currículo escolar, precisamos entender que a mesma se revela como um processo e parte integrante do trabalho educativo, sendo formada por meio da ação educativa para que a equipe envolvida possa verificar como as ações estão sendo trabalhadas, para possíveis correções das falhas encontradas e buscando alcançar os objetivos propostos.

Segundo Luckesi (2000), a avaliação é um processo contínuo que deve visar o processo de aprendizagem do educando e o bom desenvolvimento das atividades do processo, buscando a formação do aluno e não apontar vencedores e perdedores, bons e maus. Portanto, a nossa proposta é de uma avaliação diagnóstica e formativa que atribui conceitos qualitativos e quantitativos de forma somativa, onde tudo que o aluno aprende é levado em consideração. As falhas do processo devem servir para replanejar ações e buscar soluções para os problemas de aprendizagem, lançando mão de instrumentos de avaliação que nos permitirão diagnosticar e executar ações para sanar as dificuldades e permitir um processo de ensino mais condizente com a realidade e com as reais necessidades do educando.

O projeto político pedagógico deve servir como suporte para o professor, cabendo à gestão administrativa e pedagógica acompanhar e incentivar a comunidade escolar a executar as ações propostas no referido projeto a fim de desenvolvermos um trabalho dinâmico com integração dos professores, dos alunos, dos pais, funcionários e comunidade, numa relação de respeito e solidariedade entre professores e alunos, para que o trabalho possa ser desenvolvido de forma ética e responsável, numa ação pensada e dirigida.

É necessário que o tempo pedagógico seja respeitado e efetivo, e para isso há necessidade de uma harmonia na relação entre professores e alunos, para tanto, é preciso que as aulas sejam mais dinâmicas e atendam aos interesses dos alunos, que são heterogêneos. Neste ínterim, percebe-se a necessidade de um projeto voltado para atender a diversidade e trabalhar as diferenças, com atendimento educacional especializado, reforço escolar, práticas esportivas, atividades recreativas e culturais, oficinas temáticas em turno oposto para alunos, pais, professores e comunidade, atividades de recuperação da aprendizagem em tempo hábil, bem como aproveitamento de estudos.

Portanto, além de garantir o acesso à educação efetivamente a todos e cumprindo com exigências legais para o ensino fundamental, que é obrigatório, o projeto incentiva a comunidade a pensar a educação oferecida e oportuniza a participação de todos no processo de construir uma educação melhor e que atenda aos anseios da comunidade e venha contribuir para o direcionamento das ações de intervenção que atenda aos nossas maiores necessidades para que sanadas possamos alçar voos mais altos na busca da excelência.

### **6.3.2 Dimensão Comunitária**

O espaço destinado ao diálogo com a comunidade na escola é um espaço de grande relevância para gestão, pois é na parceria que se estabelece com os segmentos escolares, em especial com a comunidade, que a escola ganha forças para enfrentar os problemas que afetam a escola, como a indisciplina, a degradação do prédio escolar, a evasão, a repetência, o acompanhamento das tarefas e atividades escolares, bem como a projeção de como a escola deve se organizar para atender a essa comunidade.

Com base no pressuposto de que escola e comunidade constituem-se num movimento de relações interdependentes, que se encontram quando estabelecem um combinado em favor do desenvolvimento humano, observa-se que o papel da gestão escolar, nesse movimento, é o de refletir as questões levantadas pelo processo de aproximação entre escola e comunidade, no aprendizado desenvolvido pelo diálogo entre coletivo e o individual.

Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço e até me sinto ofendido com ela? [...]. Não há diálogo, se não há uma imensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer. De criar e recriar (FREIRE, 1987, p. 31-40).

Portanto, a dimensão comunitária da escola tem base as relações de parceria, em que uma vai produzindo a outra, construindo novos laços, elos que resultam em práticas criativas de estudo, troca, solidariedade, oportunizando o respeito e a reflexão sobre a diferença e a necessidade de inclusão social, de cidadania, de saber comunitário, que visam o planejamento e a organização de ações de interesse coletivo, que busquem a construção de uma comunidade mais humana, senhora e responsável pelo conhecimento que produz.

Observando que um projeto de gestão deve ser construído por todos da equipe escolar é cabível que pensemos que o caminho a ser trilhado passa inicialmente por um diagnóstico de



como a escola está funcionando e se essa está realmente cumprindo o seu papel. Pensando assim, a avaliação interna da instituição é um dos meios pelo qual a escola deve começar a trilhar um novo caminho. A partir deste diagnóstico, que além de prever uma avaliação de todos os segmentos, apontará claramente a avaliação de desempenho dos profissionais, pois esses são os responsáveis pelo nosso maior projeto: o processo de ensino-aprendizagem. O entendimento de onde estão nossas fraquezas nos dará os indicadores para que as ações sejam pensadas para sanar cada uma delas em escalas de prioridades. Para tanto, utilizar as nossas forças é nossa principal arma, o bom relacionamento e o apoio da comunidade pode melhorar a qualidade da participação de todos na construção desse novo projeto, que não é tão novo, pois alguns passos já foram dados, mas que necessita de ser aprimorado e modificado.

### **6.3.3 Dimensão Administrativa**

Do ponto de vista administrativo, a escola ver os gestores como líderes, responsáveis pelo bom desenvolvimento das atividades rotineiras, que traz segurança para o processo de aprendizagem aconteça com tranquilidade. Ter condições de trabalho é um dos pontos de pauta da luta dos professores por uma educação de qualidade, neste sentido, a escola deve ser provida de bons serviços para que os recursos sejam investidos na melhoria das condições de trabalho do professor, que é exatamente o processo de ensino e aprendizagem.

Os serviços escolares devem acontecer de forma planejada, os horários de atividades complementares devem estar estabelecidos em cronogramas semanais, e este tempo deve ser garantido com trabalho eficiente, sendo utilizado para correção de atividades, planejamento, estudo e reuniões com diretores, pais, funcionários, alunos. É um tempo pedagógico fora da sala de aula importante para a escola. Os serviços de secretaria, limpeza, merenda, biblioteca, apoio pedagógico, também devem acontecer de acordo o planejamento semanal, com cronograma de atividades e acompanhamento dos gestores, tendo como norte as orientações do regimento escolar.

O Regimento Escolar pensado e discutido com todos os segmentos, seguindo uma base padrão da legislação vigente, traz nossas particularidades, garante a o desenvolvimento das ações e assegura a gerência das pessoas e dos processos de forma alinhada com o pensamento da comunidade escolar e da proposta pedagógica da escola. Este dará base legal ao funcionamento da escola que conduzirá o processo de ensino para que no desenrolar de suas atividades a aprendizagem possa acontecer e deverá estar à disposição de todos da escola, para ser consultado

quando necessário, portanto deve ter cópias disponíveis na biblioteca da escola, na sala de professores e na secretaria da escola.

Os conselhos, colegiado, líderes de turmas e serviços gerais, com objetivos, competências e atribuições, descritas no regimento são importantíssimos para o bom funcionamento da escola e precisam estar em constante diálogo.

Assim pensando, a escola deve organizar suas reuniões ordinárias com periodicidade bimestral com pais e colegiado e líderes de turmas, mensalmente com conselho docente, trimestralmente e/ou ao final de cada unidade didática para conselho de classe e extraordinariamente sempre que for necessário, convocadas pelos gestores ou por quaisquer dos segmentos escolares.

## **7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A nossa unidade de ensino é organizada em: Educação Infantil, Anos Iniciais e finais do Ensino Fundamental.

As escolas Municipais de Guanambi, desde 1998 com assunção dos professores concursados, tiveram seus quadros funcionais renovados e com o processo de gestão escolar não foi diferente, foi aprovada a Lei nº 030/98 para escolha de Diretores e vice-diretores das escolas Municipais. A estrutura organizacional da escola precisa melhorar. A escola funciona em dois turnos e tem apenas um diretor e vice-diretor, 26 professores, sendo 4 contratados, 2 guardas noturnos, 9 funcionárias de apoio, 01 porteiro, o coordenador escolar está servindo a Secretaria de Educação, não temos secretário escolar, monitor de informática, auxiliar de secretaria, supervisor nem orientador pedagógico.

### **7.1 Corpo docente**

Composto de 23 profissionais efetivos e 1 contratado, todos eles graduados e 21 com pós-graduação *latu sensu* e 01 com mestrado, os professores da escola são em sua maioria moradores da sede do município.

#### **Quadro 1- Funcional Docente**

Nome	Cargo	Formação básica	Especialização (ões)	Carga horária	Turno de trabalho	Vínculo
Aline Maria Costa Oliveira	Professora	Pedagogia	Jogos e Brincadeiras na Ed. Infantil	90	Mat/Vesp	Efetivo
Carla Diane T. Santana	Professora	Pedagogia	Cursando Pós em Educação do Campo		Mat/Vesp	Efetivo
Christyanne de Freitas Soares	Vice-diretora	Geografia	Geografia Geral e do Brasil, Gestão Educacional e Gestão Escolar	180	Mat/Vesp	Efetivo
Ednalva Pereira Costa	Professora	Pedagogia	Metodologia da Educação Infantil e Séries Iniciais.	180	Mat/vesp	Efetivo
Eugênia da Silva Pereira	Professora	Pedagogia	Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais  Docência do Ensino Superior  Mestrado em Educação do	90	Vesp	Efetivo

			Campo			
Enedina Cristina Soares A. Silva	Professora	Pedagogia e Biologia	Ciências Biológicas e Educação a Distância	90	Mat/Vesp	Efetivo
Flávia Feliciano P. Pereira	Professora	Pedagogia – Letras/Inglês	Psicologia Escolar	90	Mat/vesp	Efetivo
Ijaneia Aparecida Cardoso Santos	Professora	Pedagogia	Psicopedagogia Clínica e Institucional	180	Mat/vesp	Efetivo
Ivana de Feitas Soares	Diretora	Pedagogia	História da África, Gestão Educacional	180	Mat/Vesp	Efetivo
Ivanete M <sup>a</sup> da Costa Gomes	Professora	Pedagogia	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Gestão Educacional	180	Mat/vesp	Efetivo
Iziane Lopes Lima	Professora	Pedagogia	Gestão Escolar e Língua Portuguesa / Gestão Educacional	180	Mat/vesp/	Efetivo
Jacyra Lélis Marques Braga	Professora	Pedagogia/Letras	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	180	Mat/vesp/	Efetivo
Jerre Adriane Soares	Professora	Pedagogia/ Ed. Física	Prática Docentes Interdisciplinares	180	Mat/vespt/	Efetivo

Azevedo						
Leidimá Pereira de Castro	Professora	Pedagogia/Biologia	Ensino da Língua Portuguesa Através da Literatura	180	Mat/vesp	Efetivo
Maria A. Alves Fernandes	Professora	Pedagogia	Gestão Escolar	180	Mat/vesp/	Efetivo
Maria A. Veiga Vieira	Professora	Matemática		180	Mat/vesp	Efetivo
Maria da Glória N. Santos	Professora	Letras	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	180	Mat/Vesp	Efetivo
Maria Nília de Oliveira pereira	Professora	Pedagogia	Metodologia da Educação Infantil e Séries Iniciais..	180	Mat/vesp	Efetivo
Mayron Charles P. Evangelista	Professora	Pedagogia	Tecnologias Educacionais	90	vesp	Efetivo
Priscila Castro Teixeira Carvalho	Professora	Pedagogia	Psicopedagogia Institucional e Clínica	90	Mat/ Vesp	Efetivo
Selma Ilídia Rocha	Professora	Pedagogia	Metodologia da Educação Infantil	180	Mat/vesp/	Efetivo
Valdinéia N. da Silva	Professora	Pedagogia	Metodologia da Educação Infantil e	180	Mat	Efetivo

			Séries Iniciais..			
Zaurita Gomes de Oliveira	Professor a	Pedagogia	Metodologia da Educação Infantil e Séries Iniciais..	90	Vesp	Efetivo

Fonte: Secretaria da Escola

### Quadro Docente Complementar

Nome	Cargo	Formação básica	Especialização (ões)	Carga horária	Turno de trabalho	Vínculo
Ania Flavia Teixeira L. Guimarães	Professora	Biologia		90	Mat/Vesp	Contrato
Leislyane A. Pereira	Assistente de Aluno			180	Mat/Vesp	Contrato

Fonte: Secretaria da Escola

### 7.2 Pessoal de apoio

Os profissionais de apoio da Escola Municipal Colônia de Ceraíma é composto de 12 funcionários sendo a maioria moradores do distrito. Participam da gestão escolar como funcionários e como pais de alunos, pois os seus filhos também estudam nessa escola.

Quadro 3 – Quadro funcional pessoal de apoio

Nome	Função	Escolaridade	Cursando	C. horária	Turno	Situação
Aldicéia Batista O. Teixeira	Serv. Gerais	E.Mé dio		180	Mat/Vesp	Efetivo
Angelo Eudes	Guarda			12x36	Noturno	Efetivo

PereiraTeixeira						
Anna Carolina da S. Pereira	Assistente Administrativo	E.Mé dio	Administração	180	Mat/Vesp	Efetivo
Edmilson Batista Rocha	G. Noturno	E. Médio		12x36	Noturno	Efetivo
Elizabete Cruz Nogueira Oliveira	Serv. Gerais	E. Médio	História	180	Mat/Vesp	Efetivo
Hélia Adriana Gonçalves Silva	Serv. Gerais	E. Médio		180	MatVesp	Efetivo
Joana Darc M. Pereira	Serv. Gerais	E.Mé dio		180	Mat/Vesp	Efetiva
Leonice M <sup>a</sup> . S. Teixeira	Serv. Gerais	E.Mé dio	Química	180	Mat/vesp	Efetivo
Leonice Sofia da Silva	Serv. Gerais	E.Mé dio		180	Mat/verp	Efetivo
Luziete de O. Santana	Serv. Gerais	Ensino Superior		180	Mat/verp	Efetivo
Marcelo de S. Silva	Porteiro	E.Mé dio		180	Mat/verp	Efetivo
Marli Novais Santos	Serv. Gerais	Ensino Superior		180	Mat/verp	Efetivo

Fonte: Secretaria da Escola

### 7.3 Corpo docente

A Escola Municipal Colônia Agrícola de Ceraíma tem 452 alunos no ano de 2018. Com um perfil de alunos que não são faltosos, eles são em sua maioria alunos do Ensino fundamental

regular, com faixa etária de 06 a 15 anos. A maioria são filhos de agricultores que trabalham em regime de agricultura familiar, quase metade deles residem na zona rural vizinha, e vem para escola em transporte escolar, mantidos pela prefeitura.

Sendo alunos rurais, eles têm preferências bem urbanas. Se interessam por internet, futebol, e são cristãos em sua maioria. Não tem problemas com moradia, com algumas exceções, são assíduos às aulas e à biblioteca também, além de carregarem uma alegria e uma energia exaustiva, às vezes. Cerca de 5% desses alunos tem alguma deficiência observada pela escola embora menos de 2% tenha um diagnóstico respaldado em laudo médico, 2% deles trabalham efetivamente na lavoura e são maiores de 15, frequentam a educação de Jovens e adultos.

Há, no entanto, uma boa parcela desses alunos que as famílias estão sobrevivendo com a ajuda do governo e com o pouco que as famílias ganham com trabalhos alternativos e informais, pois a agricultura não é a principal fonte de renda.

Quadro matrícula (perfil dos alunos 2018)

ENSINO	CLASSES	TURNO MATUTINO		TURNO VESPERTINO		TURNO NOTURNO		TOTAL	
		CLASS ES	ALUN OS	CLASS ES	ALUN OS	CLASS ES	ALUN OS	CLASS ES	ALUN OS
	Berçário								
	1º Período								
	2º Período								
	3º Período								
	4º Período	1	16	-	-	-	-	1	16
	5º Período	1	20	2	40	-	-	3	60
Fundamental	1º Ano	1	27	-	-	-	-	1	27
	2º Ano	1	21	1	20	-	-	2	41



3º Ano	1	22	2	43	-	-	3	65
4º Ano	1	25	1	23	-	-	2	48
5º Ano	1	22	1	20	-	-	2	42
6º Ano	2	53	-	-	-	-	2	53
7º Ano	1	24	1	23	-	-	2	47
8º Ano	-	-	1	27	-	-	1	27
9º Ano	1	26	-	-	-	-	1	26
AEE	1	8	-	-	-	-	1	8
Esporte	2	30	2	30	-	-	4	60
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14</b>	<b>294</b>	<b>11</b>	<b>226</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>520</b>

Fonte: Secretaria escolar

## 8. ESTRUTURA FÍSICA

A partir de setembro de 2013, a referida Escola passou a funcionar em um prédio novo construído pela Prefeitura Municipal de Guanambi. A estrutura física é composta por 12 salas de aula, que acomodam bem até 35 alunos; uma diretoria, uma secretaria, uma sala de professor, uma sala adaptada para o funcionamento do auditório, uma biblioteca, com um acervo necessitando de ser ampliado, uma sala reservada e adaptada para os recursos multifuncionais, uma cantina, 02 banheiros coletivos, um banheiro pra direção e outro para professores, 04 banheiros nas salas da educação infantil, 01 pátio interno, um almoxarifado e uma quadra coberta.

## 9 RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Os recursos financeiros do Colônia Agrícola geridos pela Comunidade escolar são advindos de programas do Governo Federal como o PDDE Interativo, Novo Mais Educação (Educação Integral), Mais Alfabetização e PDDE Sustentabilidade. Esses são os principais recursos administrados pela escola, que conta com a participação do Colegiado escolar, do Conselho

docente e do Conselho fiscal. As ações financiáveis são amplamente discutidas com o conselho docente e com o colegiado e a prestação de contas é feita rigorosamente.

Ações de infraestrutura e de pessoal são executadas pela Secretaria Municipal de Educação e pequenas ações de mobilização da comunidade e de festividades são realizadas com o apoio da comunidade e patrocínios.

#### **Quadro 4. Recursos materiais**

<b>Tipo do recurso</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
Equipamentos	Computador	14
	Caixa amplificada de som	03
	Data show	02
	DVD	02
	Freezer	02
	Fogão industrial	02
	Liquidificador industrial	01
	Impressoras	04
	Máquina fotográfica	02
	Microsistem	02
	Microfone	01
	Notebook	03
	Refrigerador	02
	Ar condicionado	08
	Retroprojektor	01

	Televisor	04
Material didático	Mapas e pôsteres	41
	Globo terrestre	02
	Livros de pesquisa	814
	Jogos de pedagógicos	80
	CDs e DVDs educativos	211
	Jogos pedagógicos infantis	40
	Luneta	02
	Microscópio eletrônico	01
Mobiliário	Jogos de carteiras conjunto	200
	Jogos de carteiras conjunto infantil	50
	Armários	26
	Cadeiras plásticas para auditório	80
	Mesas de computador	14
	Mesa para sala de professor	01
	Arquivo	01
	Conjunto mesas e 4 cadeiras biblioteca	05
	Conjunto Mesas e cadeiras para professores	12
	Mesa para impressora	01
Equipamentos da sala de recursos	Computador	02
	Estabilizador	01

multifuncional	Scanner	01
	teclado com colmeia	01
	Mouse	01
	Acionador de pressão	01
	Software para comunicação aumentativa e alternativa	01
	Impressora laser	02
	Material dourado	01
	Tapete alfabético encaixado	01
	Quebra cabeças sobreposto	01
	Lap Top	01
	Dominó de animais em libras	01
	Dominó de Libras	01
	Dominó de associação de ideias	01
	Dominó de associação de frases	01
	Bandinha rítmica	01
	Sacolão criativo	01
	Esquema corporal	01
	kit de luvas manuais	01
	Conjunto Mesa redonda com 4 cadeiras	01
	Mesa com cadeira para computador	01
	Armário	02

	Quadro branco	01
	Esqueleto humano	01
	Torso humano	01
	Kit para baixa visão	01
	Vocalizador de acesso as mensagens	01
	Calculadora para baixa visão	01
	Estante de leitura	01
	Caixa tátil	01
	Baralho para baixa visão	01
	Espelho	01
	Teatro	01
	Coleção de fantoches	05
	Espelho grande	01
	Globo terrestre adaptado	01
	Reglete de alumínio	01
	Tapete grande com o alfabeto	01
	Tapete grande com os números	01
	Colchonete	03
	Armários	02
	Prateleiras	02
	Banca do feirante	01

**Fonte: Secretaria da escola**

**8.3.5. Colegiado Escolar**

Órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador das questões técnico-pedagógicas e administrativo-financeiras, que resguarda princípios legais e constitucionais, existe no Grupo escolar Colônia Agrícola desde 1998. Foi reativado em 2003, tempo em que passou a exercer suas funções com efetividade.

O colegiado é composto de cinco segmentos, direção, professores, pais, alunos e funcionários. Têm mandato eletivo de 2 anos, com direito a recondução dos membros por igual período. Cada segmento pode participar com dois membros, eleitos pelos seus pares em eleições livres e diretas.

O colegiado da escola participa efetivamente de todo o planejamento escolar. Tem calendário de reuniões ordinárias, bimestrais e se reúne extraordinariamente, mediante convocação de qualquer dos segmentos, com pauta prévia.

Este órgão também encontra dificuldades, principalmente na questão de formação. Os conselheiros por vezes, não se sentem em condições de debater assuntos mais específicos, de cunho pedagógico e, geralmente, essas questões são debatidas pelo conselho docente, conjuntamente com representação do colegiado.

**Quadro 4. Membros do Colegiado Escolar (gestão 2017/2018)**

<b>Nome</b>	<b>Segmento</b>	<b>Formação</b>	<b>Mandato</b>
Antônio Pereira Filho	Pais	Ensino Fundamental	2 anos
Carlos Charles Alves Pereira	Aluno- suplente	8º ano	2 anos
Christyanne de Freitas Soares Oliveira	Direção	Geografia– pós em Gestão escolar	2 anos
Iziane Lopes Lima	Professor-suplente	Pedagogia – pós em Gestão escolar	2 anos

Ivana de Freitas Soares	Direção – suplente	Pedagogia – Pós em Gestão Escolar	2 anos
Izaurina Maria Fernandes	Pais	Ensino Médio	2 anos
Jacyra Lélis Marques Braga	Professor	Pedagogia/ Letras	2 anos
Leonice Sofia da Silva	Funcionário	Ensino Médio	2 anos
Natã Santos Romão	Aluno	8º ano	2 anos
Roseli Correia Paes	Funcionário	Ensino Médio	2 anos

## 9. PROPOSTA CURRICULAR

A proposta curricular da escola se fundamenta na Base Curricular Comum Nacional alinhada com as propostas estaduais e municipal e a parte diversificada do currículo com ênfase nos princípios da Educação do Campo. [Colocar o link da proposta](#)

## 10. PLANO DE ATIVIDADES

O plano de atividades se refere a síntese de todas as discussões do projeto político pedagógico e traz os objetivos, metas e as ações que devem efetivar todo o projeto.

### 10.1. OBJETIVO GERAL

Promover ações que contribuam significativamente no crescimento da nossa unidade escolar, assegurando aos representantes do processo educativo meio que elevem seus níveis de conhecimento, de modo contextualizado, democrático e inclusivo, permitindo-lhes sanar as dificuldades encontradas nas situações cotidianas da escola e do meio social.

### Objetivos específicos da unidade escolar

#### Dimensão Pedagógica:

- Desenvolver projetos que visem a melhoria da qualidade de ensino, tomando a realidade do aluno como ponto de partida para incentivar a busca pelo conhecimento;
- Realizar eventos que promovam a integração, reflexão e a aquisição de informações necessárias à melhoria da qualidade de vida do aluno;

- Incentivar o desenvolvimento de competências artísticas, através da participação nas atividades programadas pela comunidade escolar bem como incentivo às atividades locais da comunidade como um todo;
- Oportunizar um melhor atendimento aos alunos do ciclo de alfabetização que apresentam dificuldade de aprendizagem através de projetos de intervenção didático-pedagógicos;
- Garantir a inclusão digital dos alunos, implementando o uso do laboratório de informática.
- Garantir a prática esportiva na escola como meio de socialização, descontração e lazer, buscando promover e incentivar a prática de uma vida mais saudável.
- Reduzir os índices de repetência, evasão e de defasagem idade/ano, adotando um sistema de avaliação eficiente e desenvolvendo os projetos de avaliação paralela e quando necessário formando turmas de EJA, para atender os alunos em idade avançada;
- Reativar o projeto de leitura a partir do planejamento e elaboração por áreas do conhecimento.
- Reduzir a evasão dos alunos de grupos de risco por meio de ações com parcerias de profissionais e instituições sociais especializados.
- Garantir o trabalho com o tema meio ambiente por meio de práticas educativas que permitam a conscientização, preservação e cuidado com o meio em que vivemos.

#### **Dimensão Gestora:**

- Assegurar a qualidade do nível de aprendizagem, permitindo uma maior participação dos professores e demais funcionários em seminários, palestras e debates para ampliar o conhecimento didático-pedagógico, refletindo assim, na melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Zelar pelo tempo de aprendizagem do aluno, garantindo o cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB 9.394/96;
- Propor e incentivar a organização a participação efetiva do colegiado escolar e de líderes de turma;
- Ampliar o acervo bibliográfico para melhoria da práxis pedagógica e incentivo à leitura;
- Realizar reuniões ordinárias de pais, colegiado, conselho de classe, funcionários, e corpo administrativo.
- Promover hora cívica mensalmente.



- Melhorar a comunicação interpessoal no desenvolvimento das atividades coletivas da escola
- Disponibilizar um profissional para o apoio à biblioteca em tempo integral

#### **Dimensão Comunitária:**

- Garantir parceria com a Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Instituto Federal de Educação- Campus Guanambi e voluntários para realização de eventos e palestras e oficinas, sobre temas atuais e que estão diretamente ligados aos interesses da comunidade, como meio ambiente e vida rural, reciclagem, drogas, inclusão de pessoas com deficiência, sexualidade, preconceito racial e de gênero, bullying, dentre outros.
- Incentivar a participação dos pais no desenvolvimento de projetos realizados pela escola, bem como na orientação das tarefas e reforço escolar.

#### **Dimensão Estrutural:**

- Oferecer um ambiente escolar digno ao processo de aprendizagem através de reforma e construção do espaço escolar;
- Conservar a limpeza e a higiene do ambiente escolar, bem como valorizar o patrimônio escolar;
- Garantir acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para todos os alunos com deficiência em idade escolar e aqueles que a unidade escolar procurar;
- Implementar a sala de vídeo para melhor atender e diversificar as aulas nas diversas áreas do conhecimento;
- Construir uma pista com caixa de areia para a prática de atletismo na escola;
- Construir e implementar laboratório de ciência para melhorar a prática do estudo das ciências;
- Melhorar as aulas de agricultura por meio de parcerias com instituições e com produtores locais.

#### **10.2. Metas**

- Promover a participação de 95% dos professores e funcionários em cursos e ou atividades de aperfeiçoamento durante o ano letivo;
- Realizar em 90% as atividades interativas propostas para cada ano;
- Elevar para de 62% para 80% o índice de aprendizagem no prazo de dois anos;
- Realizar 2 exposições artísticas por ano;
- Aumentar em 10% o acervo da biblioteca da escola, durante o projeto de leitura;
- Reduzir no prazo de dois anos a repetência escolar para um índice de 10%;
- Elevar a autoestima dos alunos garantindo 90% de participação nas atividades escolares realizadas na classe e extraclasse;
- Reduzir a 0 % no prazo de dois anos o índice de evasão escolar nos turnos matutino e vespertino para os alunos de turmas regulares; e para 10% dos alunos da Educação Especial;
- Reduzir para 1% o índice de distorção idade-ano, no prazo de 2 anos;
- Garantir em 90% de participação em reuniões ordinárias de pais e mestres, dos membros do colegiado, professores, funcionários e líderes de turmas;
- Solicitar terreno para construção de horta;
- Construir arquibancadas na quadra no prazo de 02 anos;
- Atender em sala multifuncional todas as pessoas com deficiência em idade escolar da comunidade enquanto houver alunos em idade escolar;
- Fazer cumprir o calendário letivo e a pontualidade nas aulas, bem como a reposição de aulas de todos os professores durante cada ano letivo;
- Garantir em 90% a alfabetização dos alunos ao término do 3º ano;
- Garantir o acesso e o uso qualitativo do laboratório de informática por 90% dos alunos da escola;
- Garantir reforço para atender no contra turno os alunos do ciclo de alfabetização;
- Adquirir máquinas para o laboratório de informática no prazo de 3 anos;
- Adquirir dois computadores para a biblioteca da escola no período de 1 anos.
- Equipar as salas de Educação Infantil com materiais como: espelho, prateleiras, jogos pedagógicos, colchonetes, TV e som.
- Construção de 1 refeitório, 1 auditório, 1 laboratório de ciências;
- Adquirir no prazo de 2 anos uma máquina copiadora.

### 10.3 Ações

Atividade concreta	Quando	Responsável
Realização reuniões para discutir com a comunidade escolar o papel do educando e do educador para refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem.	Ordinariamente de acordo com calendário escolar e extraordinariamente quando necessário	Direção e colegiado escolar e coordenador pedagógico
Realização de ciclo de palestras sobre educação inclusiva	Primeiro e Segundo semestres do ano letivo	Direção e Professor de AEE e coordenador pedagógico
Realização palestras com Entidades Sociais nas reuniões de pais	A cada trimestre	Direção
Aquisição novos livros para melhorar o acervo da biblioteca da escola, para possibilitar ao corpo docente e discente a pesquisa e a leitura optativa.	Durante o ano letivo 2019	Parceria com o MEC e SEC de Educação e campanha literária
Promover situações práticas como: debates, escrita de informativos, jornais, atividades de dramatização, concursos de redação e produção de slides, para desenvolver a linguagem oral e escrita dos alunos nas diversas áreas do	Permanentemente	Professores, coordenadores, parceiros, direção...

conhecimento.		
Realizar exposições dos trabalhos artísticos dos alunos.	Semestralmente	Professores e Direção
Trabalhar os princípios da educação do Campo, a partir da reconstrução da relação entre os mesmos, através de leituras, palestras, atividades práticas de conservação do ambiente e oficinas em parceria c/ alunos do curso de Química do IF Baiano e PIBID.	A combinar/	Coordenação, professores e parceiros do IF baiano/PIBID
Comemorar o dia das mães, dia dos pais, dia do estudante e o aniversário da escola, propiciara socialização participação das mães, dos pais, dos estudantes e da comunidade local diretamente ligados a escola, buscando a compreensão do verdadeiro papel de cada um num ambiente escolar.	De acordo calendário escolar	Direção, professores, pais, colegiado e alunos.
Dar prioridade às práticas pedagógicas, desenvolvimento de atividades de discussão, reflexão, questionamentos desenvolvimento de experiências, análises, leituras,	Permanentemente	Direção, coordenadores, professores...

pesquisas de observação direta, pesquisas bibliográficas, trabalhos coletivos e individuais.		
Reestruturação do texto do PPP a partir das discussões do coletivo	Março	Direção e Professores
Promoção de atendimento individualizado através da sala de recursos multifuncionais, por meio de atividades esportivas, atividades lúdicas; oficinas de artesanato; dança, teatro, formação de roda de leitura ; e atividades diversas para desenvolver a linguagem oral e escrita, inclusive por meio do uso das tecnologias assistivas..	Permanentemente	Professor de AEE ,direção, coordenação e professores
Organização das atividades escolares e provimento de professores substitutos quando necessário para cumprir e zelar pelo o tempo de aprendizagem do aluno na escola.	Permanentemente	Direção, professores e coordenadores
Desenvolvimento do Projeto de	Primeiro semestre	Professores, coordenação e

conservação do patrimônio, palestras, oficinas, músicas, discussão e reflexão.		líderes de turmas
Prover o laboratório de máquinas e organizar um cronograma de uso com critérios pré-estabelecidos, provê-lo de assistência técnica.	Primeiro bimestre	Direção, SEC Educação
Capacitação professores e funcionários em grupo de estudo e ou curso de formação continuada para a reformulação do currículo em educação no campo, bem como construir uma nova prática a partir das demandas da educação do campo que possa contemplar os interesses dos alunos, professores e comunidade.	Mensalmente	Direção/ Coordenação e Sec de Educação e UNEB.
Desenvolver ações de alfabetização que melhorem o desenvolvimento dos alunos do 1º ao 3º ano, como reforço escolar e oficinas de leitura e produção textual.	Permanentemente	Professores, direção e coordenação.

Orientação para as pesquisas que forem solicitadas aos alunos, bem como oferecera fonte e especificar onde encontra-la.	Permanentemente	Professores
Disponer de computadores e espaço na biblioteca para as pesquisas na internet	Periodicamente	Direção, professores e professor para uso da biblioteca
Desenvolver projeto de alfabetização para os alunos do 3º ano com distorção série/idade	Periodicamente	Direção, coordenador e professores
Construção de cronogramas das atividades coletivas e expor no mural com seus respectivos responsáveis com lembrete de prazos	Durante o ano letivo	Direção e coordenação
Construção de auditório e refeitório para realização das atividades da escola e melhor atender os alunos no horário da alimentação escolar	Prazo de 2 anos	Se. De Educação e Direção

Aquisição de uma máquina copiadora para melhorar as atividades escolares, fazer documento solicitando o recurso (abaixo assinado)	Primeiro semestre	Recursos do PDE em parceria com a Sec.
Solicitação de construção e implementação do laboratório de ciências com equipamentos para as aulas práticas.	Primeiro semestre 2019	Direção
Realização de palestras e oficinas para valorização da escola e o papel da família com pessoas da comunidade e profissionais da saúde quando necessário	Durante o ano letivo	Direção e professores
Realização de oficina com os pais das crianças da educação infantil para demonstrar o trabalho realizado com as crianças e incentivar o acompanhamento das atividades escolares	Início do ano letivo	Professores da educação Infantil e diretores
Construção de pista com caixa de areia para prática de atletismo e arquibancada para quadra de	Segundo semestre 2019	Direção e Secretaria Municipal de Educação



esportes		
Realização de campeonatos e atividades esportivas para incentivar os cuidados com a saúde física e mental	Durante o ano letivo	Professores, direção e Secretaria de Educação
Construção do cronograma mensal e realização de hora cívica.	Mensalmente	Direção, Professores e turmas.
Efetivação da parceria com os pais na realização dos projetos escolares	Durante a realização dos projetos	Direção e professores e pais
Organização de tempo e espaço para a colaboração dos pais nas atividades de reforço escolar conjuntamente com os professores nos horários de AC	Durante o ano letivo	Professores, pais e colegiado

Ampliação do tempo destinado ao atendimento educacional especializado na SRM em tempo integral para atender a demanda da escola.	Primeiro semestre de 2019	Direção e Secretaria Municipal de Educação.
Realização de visita em loco para vivenciar experiências práticas para o manejo, cuidado e preservação do meio ambiente.	Segundo semestre	Direção, professores, aluno e comunidade
Realização de aulas práticas com apoio de agricultores da comunidade em época de plantio e de colheita.	Durante o ano letivo	Professores, gestores e agricultores
Formar turmas de EJA para atender alunos com distorção idade-ano e aqueles que não tiveram educação na idade certa.	Início do ano letivo	Direção

## 11. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação ainda é uma preocupação da escola, pois embora muitas pesquisas e discussões já existam, a avaliação ainda é um processo eminentemente investigativo, portanto, pode apontar muitos caminhos. Assim pensando, ter por base uma ação diagnóstica inicial é o carro chefe para o planejamento das aulas e, também, dos meios para avaliar tanto os resultados quanto a prática pedagógica da escola.

Uma avaliação que tem por base o diálogo na interação professor/aluno nos apresenta como um dos caminhos a serem seguidos. Nesse sentido é preciso pensar uma ação mediadora na

[...] perspectiva da ação avaliativa como uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as. (HOFFMANN, 1991, p. 67)

Para Souza (2005), “a avaliação deve apoiar em múltiplos instrumentos de coleta de informações, sempre de acordo com as características do plano de ensino, isto é, dos objetivos que se está buscando junto ao aluno”. Comungando com essa afirmação, acreditamos que a diversidade de instrumentos é fundamental para assegurar uma avaliação que prime pelo atendimento às diferenças que marcam a nossa clientela.

- A avaliação dos componentes curriculares na Parte Diversificada do Currículo

Em relação aos componentes formalizados como parte diversificada da matriz curricular do Ensino Fundamental II – Filosofia, Sociologia, Metodologia Científica, Agricultura – a avaliação deverá se processar com uso diversificado de instrumentos avaliativos, especialmente com aqueles que valorizam a oralidade e a subjetividade. Dessa forma, provas e testes podem ser utilizados, mas sem predominância.

- Recuperação paralela:

Como já exposto nesse documento, a LDB 9394/96, indica que a recuperação deve ser realizada preferencialmente em forma de recuperação paralela. No entanto, muitas são as dificuldades para efetivar a recuperação em uma perspectiva processual, e a prática costumeira realizada é a recuperação ao final do ano letivo. No entanto há a percepção que essa prática não tem garantido a recuperação da aprendizagem, e é tão somente uma chance para que o aluno, com seu próprio esforço e sem aulas de recuperação, possa melhorar seu rendimento para adquirir aprovação. A proposta é criar estratégias que permitam a recuperação paralela, durante o trabalho com os componentes escolares. Para tanto, os professores em reunião pedagógica, criaram os seguintes critérios para avaliação paralela nas três primeiras Unidades letivas, a saber:

- ✓ O conhecimento científico será abordado em sala de aula a partir do diálogo entre professores e alunos, da pesquisa e das atividades de revisão.

- ✓ A atividade de avaliação paralela consiste em retomar os conteúdos, em que a maioria dos alunos que apresentaram baixo rendimento, em aulas diferenciadas; o uso de um único instrumento avaliativo, preferencialmente, prova escrita mista, que constem questões que verifiquem a apropriação de conteúdos, habilidades e atitudes.
  - ✓ O tempo para o processo de avaliação paralela será de 15 dias. Após a apuração dos resultados da unidade.
  - ✓ A atividade terá o mesmo valor quantitativo da avaliação que o aluno não alcançou êxito. Sendo assim, prevalecerá a maior nota obtida.
  - ✓ A recuperação deverá ser feita com todos os alunos da classe, com especial atenção àqueles que tiveram baixo rendimento.
  - ✓ Orienta-se que o professor deverá realizar a avaliação paralela com cada turma de acordo com a avaliação de desempenho da turma, quando observado que mais de 30% dos alunos não adquiriram rendimento médio para aprovação, ou uma defasagem grande em algum conteúdo em especial por parte da turma, mesmo que a maioria tenha tido êxito nos demais conteúdos.
  - ✓ Fica à escolha do professor realizar ou não a recuperação paralela de alunos, em particular, podendo ser realizada em horários de AC e ou turno oposto, sem obrigatoriedade. Nestes casos, o processo deverá ser realizado da mesma maneira que quando feito pela turma.
  - ✓ O processo de recuperação paralela visa à recuperação da aprendizagem dos alunos que não obtiveram rendimento suficiente para aprovação em cada unidade letiva e também melhorar aprendizagem dos demais alunos da turma. Portanto, a avaliação constante do professor é a melhor estratégia para definir o que trabalhar no processo de avaliação paralela.
- Conselho de classe

A seção IV do Regimento Escolar trata de toda composição do conselho e ainda apresenta as suas atribuições. Em linhas gerais ele ressalta a importância dessa instância para discussão do desenvolvimento dos alunos, dando a avaliação um caráter processual, como também reforça a ideia de coletividade do trabalho docente.

**Art. 19** Compete ao Conselho de Classe:

- I** - Traçar o perfil de cada aluno e do grupo;
- II** - Debater o aproveitamento de cada aluno e da classe como um todo, analisando as causas dos baixos e altos rendimentos;
- III** - Estabelecer o tipo de assistência especial para o aluno que não apresentou rendimento favorável;
- IV** - Avaliar o desempenho de todos os educadores envolvidos no processo educacional junto à Unidade Escolar, oportunizando o aperfeiçoamento do trabalho diário do professor com o aluno;
- V** - Decidir sobre a promoção de cada aluno que não tenha atingido a pontuação mínima para aprovação, na forma deste Regimento, ao final do ano letivo;
- VI** - Opinar sobre a aplicação dos instrumentos de avaliação;
- VII** - Opinar nos processos relativos à aplicação de normas disciplinares, desde que essas medidas não sejam contrárias às disposições regimentais e legais;
- VIII** - Homologar ou não as retificações de pontuação que possam advir de pedidos de revisão de provas;

É objetivo do Conselho tornar a avaliação escolar como um processo compartilhado por todos, que reforça a noção de responsabilidades coletivas e o caráter processual da avaliação. É importante ressaltar que uma das principais mudanças que precisam ser asseguradas em relação ao conselho é justamente o seu desenvolvimento ao longo de todo o ano letivo, nas unidades letivas e não apenas em um momento estante no encerramento do ano, como um veredicto final da aprovação ou reprovação.

- Avaliação em uma perspectiva inclusiva

O processo de avaliação traz imensos questionamentos e nunca é uma ciência exata. É carregado de contradições. Um campo de disputa entre o objetivo e o subjetivo. Ao falarmos de avaliação

na perspectiva da educação inclusiva, então, esses aspectos são ampliados e as dúvidas tornam-se ainda mais latentes.

As orientações para o processo de avaliação dos alunos que possuem algum tipo de limitação estão sempre centradas na análise individual considerando as características de cada deficiência. A indicação é de que sejam realizados relatórios, diversificados os instrumentos, mas principalmente, que seja mantido um diálogo entre os professores da instituição que lidam diretamente com o aluno. Além disso, é interessante contar com a participação de outros profissionais que possam colaborar com o processo e em especial àqueles que lhe oferecem algum tipo de atendimento: psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, professor de AEE.

Há que se tomar como base o bem do aluno, o seu desenvolvimento, seja ele cognitivo ou, em outras situações, os aspectos emocionais e psicológicos. Em síntese, na avaliação em uma perspectiva inclusiva o conceito de aprendizagem ganha novo sentido. O desenvolvimento intelectual baseado em conceitos não pode em hipótese alguma ser priorizado.

- Sistemática da avaliação e distribuição quantitativa

A sistemática da avaliação desse ser orientada pelos princípios das aprendizagens construídas a partir de seus objetivos, as habilidades desenvolvidas devem ter os mesmos pesos nos diferentes componentes curriculares, para que o aluno tenha clareza de como está sendo avaliado e de como se organizar para isso, observando-se que a qualidade deve se sobrepor ao aspecto quantitativo, sempre, portanto a avaliação deve estar intrinsicamente ligada à prática, à construção da aprendizagem e não somente em momentos pontuais.

### **Instrumentos de avaliação:**

Os instrumentos foram pensados para diversificar a forma de avaliação e organizados de maneira que sejam necessários o mínimo de 3 instrumentos por unidade didática, para que as atividades avaliativas não fiquem restritas às provas.

Instrumentos que poderão ser utilizados	Limite de pontuação para cada instrumento
Prova aberta	2 a 4 pontos
Prova Fechada	2 a 4 pontos

Prova Mista	2 a 4 pontos
Trabalho bibliográfico	1 a 2 pontos
Auto avaliação (redigida)	Até 1 ponto
Trabalho de pesquisa de campo escrito	2 a 3 pontos
Portfólio	Até 4 pontos
Participação, cuidados com livros e patrimônio tarefas e assiduidade	Até 2 pontos
Trabalho de pesquisa apresentado (mesa redonda, seminário, exposição)	Até 3 pontos
Trabalho de pesquisa apresentado (dramatização, poesias, música, produção visual)	Até 2 pontos
Avaliação qualitativa do professor (avanço, comportamento pedagógico, valores agregados)	1 ponto
Oficinas de produção de textos, maquetes, gráficos, jogos, experimentos, painéis...	Até 2 pontos
Participação na atividade prática de educação física	Até 4 pontos
Habilidades específicas nas atividades práticas das outras disciplinas, excetuando Educação Física	Até 2 pontos

Fonte: Secretaria da Escola

### **Avaliação Institucional**

Para além de uma prerrogativa legal, prevista nos planos de educação, no município de Guanambi, mais especificamente, no plano municipal de educação e no Plano de Carreira Cargos e Salários do magistério Público Municipal, a avaliação institucional, precisa ser um processo permanente, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento institucional e orientar as ações da escola, enquanto instituição pública, democrática, inclusiva e promotora do conhecimento

científico, social e cultural. Enquanto instrumento a avaliação institucional incorporada à ação formativa, se mostra um importante aliado na melhoria da qualidade da educação oferecida pela instituição, uma vez que avalia os processos e as pessoas do processo.

No entanto, a avaliação institucional ainda é uma incógnita na escola, os processos que pouco se assemelham a essa avaliação ainda é está ligada a avaliação do Projeto Político Pedagógico, nos momentos de avaliação e reconstrução, portanto de forma tímida e não intencional.

### **Avaliação e acompanhamento do PPP**

A avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola é o espaço criado para reflexão do mesmo. Embora pareça apenas uma ação burocratizada, ter formalizado um cronograma de avaliação das ações do projeto é um jeito organizado e eficaz de compreender em quais questões estamos errando e o que está dando certo. Criar algumas perguntas norteadoras podem garantir que aspectos importantes não fiquem de fora, como por exemplo quais os objetivos propostos foram atingidos, quais ações foram implementadas com sucesso, as metas foram atingidas na proporção e tempo determinados?

Para tanto é preciso organizar os tempos e espaços para esta avaliação, assim pensando a Escola Colônia Agrícola de Ceraíma determinou que as ações do projeto seriam avaliadas ao final de cada unidade letiva, para ajustes e ou construção de novas ações, assim como os objetivos e metas ao final de cada ano letivo. A avaliação das bases teóricas epistemológicas terá um momento para releitura e reflexão durante a jornada pedagógica, no início de cada ano letivo, bem como o diagnóstico e para proposição de novos objetivos e metas.

É importante salientar que esses tempo e espaços devem ser construídos pensando nos sujeitos da avaliação do projeto, pois os mesmos precisam compor dos vários segmentos escolares, de forma representativa ou em assembleia geral.

## **16. BIBLIOGRAFIA**

**BRASIL.** Ministério da Educação. *Base nacional Comum Curricular*. 2ª versão revista. Brasília: CONSED, 2016.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ed. São Paulo: Saraiva, 1990.



\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em: 08 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. *Casa Civil da Presidência da República*, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm)> Acesso em: 13 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. em: Acesso em: 20 nov. 2005

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069/90**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795/99**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.274/06**. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm)>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vols. I, II, III. MEC/SEF. Brasília: Coedi, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde**. 3 ed. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1/2000**, aprovada em: 5 de jul. 2000. *Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Diário Oficial da União. Brasília DF: 2000.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 6/2010**, aprovada em: 20 de out. 2010. Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 21 de outubro de 2010, Seção 1, p. 17.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução no 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Ministério da Educação. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_parecer\\_36\\_de\\_04\\_de\\_dezembro\\_de\\_2001.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf)> . Acesso em: 7 dez. 2015.

FAVERO, Eugenia A. G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUANAMBI. **Plano Municipal de Educação**. *Lei Municipal nº 951, de 15 de junho de 2015*.

\_\_\_\_\_, GUANAMBI. **Plano de Cargos Carreira e Salário do Magistério Público Municipal de Guanambi**. Lei Municipal Nº 1.089 de 10 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação/Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 002 de 22 de dezembro de 2008**.

\_\_\_\_\_, **Decreto Nº 1316 de 16 de dezembro de 2016** dispõe sobre a Proposta Curricular da Rede Municipal de Guanambi. 2016

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.

PIAGET, Jean. **A Equilibração das Estruturas Cognitivas. Problema central do desenvolvimento**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade**, Porto Alegre, 1991.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PIAGET, Jean. **Psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SOUSA, Clarilza Prado de. (Org.). **Avaliação do rendimento escolar**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

CALDART, Roseli Salete. In: ARROYO M., CALDART, R.& MOLINA.M (orgs). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Ed. Vozes, p.147-158, 2004

CALDART, Roseli Salete; FERNANDES, Bernard M.&CERIOLI, Paulo R. Primeira Conferência Nacional “**Por Uma Educação do Campo**”: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel G., CALDART, Rosely Salete 7 MOLINA, Mônica C. (orgs). Por uma educação do campo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

## **17. ANEXOS**

### **Anexo1 - Planos de curso**

- Educação Infantil
- Primeiro Segmento do Ensino Fundamental
- Segundo Segmento do Ensino Fundamental
- Educação Especial – AEE
- EJA

### **Anexo 2 – Projetos de intervenção didático-pedagógica**

### **Anexo 3 – Calendários**

- Reuniões ordinárias de pais e mestres
- Conselho de classe
- Reuniões do Colegiado
- Reuniões de Direção
- Planejamentos na Escola
- Reuniões de líderes de turma
- Calendário de hora cívica

### **Anexo 4. Regimento Escolar**

### **Anexo 5. Programação de carga horária**

### **Anexo 6. Proposta Curricular**